

**CADERNO DE ENCARGOS PARA AQUISIÇÃO DE
SERVIÇOS**

DE

**LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO
NO SISTEMA EM BAIXA DA ÁGUAS DO ALTO MINHO, S.A.**

PRC 056/2025

CLÁUSULAS GERAIS

Capítulo I - Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente Caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a prestação de serviços de limpeza e desobstrução das infraestruturas de saneamento integradas nos Centros de Operacionais Norte, Sul e Nordeste, cujas áreas geográficas se identificam no Anexo I do presente caderno de encargos.
2. As áreas de intervenção compreendem os seguintes Municípios:
 - LOTE N.º 1 – Municípios de Caminha, Vila Nova de Cerveira e Valença (COP Norte);
 - LOTE N.º 2 – Municípios de Viana do Castelo e Ponte de Lima (COP Sul);
 - LOTE N.º 3 – Municípios de Arcos de Valdevez e Paredes de Cousa (COP Nordeste).

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Cocontratante.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de

acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

5. O estabelecimento, na proposta, de termos ou condições não admitidas por este caderno de encargos e que não tenham sido detetados em fase pré-contratual consideram-se, para efeitos de execução do contrato, como não escritos e de nenhum efeito.

Cláusula 3.ª

Preço base

1. O preço base do procedimento é, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos, de 142.790,00€ (cento e quarenta e dois mil e setecentos e noventa euros), para o período de execução de 12 (doze) meses, automaticamente renovável por iguais períodos até ao limite de 36 meses, considerando-se a despesa máxima de 428.370,00€ (quatrocentos e vinte e oito mil, trezentos e setenta euros), para o período de execução contratual de 36 (trinta e seis) meses, não incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado.
2. Não obstante o preço base global fixado no número anterior, são também fixados os seguintes preços base para cada lote:
 - Lote I – COP Norte - 70.200,00€ (setenta mil e duzentos euros), para o período inicial de vigência do contrato de 1 (um) ano, sendo automaticamente renovável por iguais períodos, até ao limite de 3 (três) anos, podendo atingir o preço máximo contratual de 210.600,00€ (duzentos e dez mil e seiscentos euros), não incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado.
 - Lote II – COP Sul – 30.030,00€ (trinta mil e trinta euros), para o período inicial de vigência do contrato de 1 (um) ano, sendo automaticamente renovável por iguais períodos, até ao limite de 3 (três) anos, podendo atingir o preço máximo contratual de 90.090,00€ (noventa mil e noventa euros), não incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado.
 - Lote III – COP Nordeste – 42.560,00€ (quarenta e dois mil, quinhentos e sessenta euros), para o período inicial de vigência do contrato de 1 (um) ano, sendo automaticamente renovável por iguais períodos, até ao limite de 3 (três) anos, podendo atingir o preço máximo contratual de 127.680,00€ (cento e vinte e sete mil, seiscentos e oitenta euros), não incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado.

Cláusula 4.^a

Prazo Contratual

O contrato inicia-se com a data de assinatura do contrato, mantendo-se em vigor pelo prazo de 1 (um) ano, sendo automaticamente renovável por iguais períodos, salvo denúncia por qualquer uma das partes com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, até ao limite de 3 (três) anos ou até se perfazer o limite do preço contratual, caso esta última condicionante ocorra em primeiro lugar, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção I - Obrigações do Cocontratante

Subsecção I – Disposições gerais

Cláusula 5.^a

Obrigações principais do Cocontratante

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato constituem obrigações principais para o Cocontratante as seguintes:
 - a) Obrigação de executar os serviços de limpeza e desobstrução com viatura hidroaspiradora na área de intervenção da Águas do Alto Minho (trabalhos planeados/programados e situações de intervenção rápida/urgente).
 - b) Executar o objeto do contrato da prestação de serviços adjudicado, em conformidade com o estabelecido nas Cláusulas Gerais e Especiais do caderno de encargos, e com a proposta adjudicada, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
 - c) Cumprir as condições fixadas para a execução dos trabalhos;
 - d) Cumprimento da legislação em vigor, em todas as suas vertentes;
 - e) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Contraente Pública;
 - f) Envio à Contraente Pública, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, dos comprovativos da execução dos trabalhos;

- g) Proceder à entrega dos documentos exigidos relativos à execução do objeto do contrato, de acordo com os prazos contratualizados;
- h) Realizar todos os trabalhos nas condições de prazo e preço contratados;
- i) Disponibilizar o número suficiente de técnicos com qualificação técnico-científica adequada, de forma a garantir uma correta articulação entre o Cocontratante e os representantes da Contraente Pública;
- j) Afetar ao cumprimento da sua prestação contratual todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à perfeita, tempestiva e completa execução da prestação de serviços;
- k) Se a Contraente Pública verificar que os meios utilizados pelo Cocontratante são insuficientes ou inadequados à boa execução dos trabalhos, poderá impor o seu reforço, alteração ou substituição, incluindo a aquisição de meios materiais (incluindo equipamentos), sem qualquer acréscimo de custo;
- l) Assegurar os meios indispensáveis para o estabelecimento de uma comunicação eficaz entre os seus agentes através da atribuição de 2 (dois) telemóveis, facultando os respetivos números à Contraente Pública. O atendimento telefónico deverá ser assegurado pelo Cocontratante a qualquer hora de todos os dias do ano. Em complemento dos meios de comunicação móveis, deverá ainda dispor de ligação à rede fixa com os meios indispensáveis para o estabelecimento de comunicação compatível entre a Contraente Pública e o Cocontratante. É igualmente obrigatório dispor de meios que permitam a comunicação por correio eletrónico;
- m) Assumir reparações eventuais provocadas por avarias ou acidentes e danos provocados a terceiros;
- n) Sinalizar os locais de trabalho, nos termos da legislação em vigor, bem como a instrução de trabalho da Águas do Alto Minho sobre o assunto;
- o) A disponibilização do acesso, bem como o fornecimento de água destinada aos trabalhos de limpeza e desobstrução ficarão a cargo do Cocontratante;
- p) Realizar todos os trabalhos preparatórios;
- q) A realização de trabalhos em espaços confinados sendo, para isso, necessário comprovar a formação adequada dos técnicos operativos e garantir a utilização dos EPI necessários;
- r) Assegurar a realização de serviços urgentes e rápidos a qualquer hora, nos sete dias da semana, conforme Lista de Preços Unitários;

2. A título acessório, o Cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;
3. Constitui encargo do Cocontratante o transporte, deslocação de técnicos e materiais, assumindo os riscos inerentes ao serviço, nomeadamente, eventuais reparações provocadas por avarias ou acidentes e danos provocados a terceiros;
4. Na prestação de serviços objeto do presente contrato o Cocontratante obriga-se a cumprir com todos os requisitos legais exigidos no âmbito da segurança e saúde, bem como as normas de segurança internas da Contraente Pública.
5. No prazo de 10 (dez) dias após a solicitação do gestor do contrato, o Cocontratante deve entregar os seguintes documentos:
 - a. Lista de trabalhadores da empresa afetos à prestação de serviços;
 - b. Mapa de pessoal da segurança social dos trabalhadores afetos à prestação de serviços;
 - c. Para trabalhadores estrangeiros, cópia de contrato de trabalho com carimbo da ACT;
 - d. Ficha de aptidão médica dos trabalhadores afetos à prestação de serviços;
 - e. Registo da entrega de equipamentos de proteção individual (EPI) dos trabalhadores afetos à prestação de serviços;
 - f. Avaliação de Riscos ou Fichas de Procedimentos de Segurança das Atividades realizadas;
 - g. Avaliação dos aspetos ambientais associados à atividade;
 - h. Registo de formação em ambiente e segurança e saúde no trabalho;
 - i. Autorização de descarga das águas residuais;
 - j. Declaração de Conformidade dos equipamentos, no âmbito do DL n.º 50/2005 de 25 de fevereiro, quando aplicável;
 - k. Registo da Inspeção Periódica e cópia da apólice do seguro da viatura e último recibo liquidado dos veículos afetos à prestação dos serviços;
 - l. Certificado de matrícula das viaturas (livrete da viatura) dos veículos afetos à prestação dos serviços;
 - m. Procedimento de resposta a situações de emergência.

Cláusula 6.^a

Obrigações complementares

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, neste caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Cocontratante, as seguintes obrigações gerais
 - a) Executar os serviços que integram o objeto do contrato tal como descrito neste caderno de encargos, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
 - b) Cumprir as condições fixadas para a execução dos serviços, tendo em conta todos as especificações e requisitos técnicos indicados na cláusula anterior e nos termos da legislação aplicável;
 - c) Cumprir a legislação em vigor em todas as suas vertentes e dimensões;
 - d) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Contraente Pública;
 - e) Prestar as informações que forem solicitadas pela Contraente Pública;
 - f) Afetar ao cumprimento da sua prestação contratual todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à perfeita, tempestiva e completa execução da prestação de serviços;
 - g) Disponibilizar o número suficiente de técnicos com qualificação técnico-científica adequada, de forma a garantir uma correta prestação do serviço.

Cláusula 7.^a

Regime dos trabalhadores afetos ao contrato

1. Os trabalhadores afetos ao contrato de aquisição de serviços prestam a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo, conforme decorre do artigo 419.º-A do CCP, aplicável por força do artigo 451.º, n.º 2, ambos do CCP.
2. O disposto no número anterior não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.
3. O disposto nos números anteriores não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução contratual.
4. A Contraente Pública pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental que ateste o cumprimento da obrigação prevista no n.º 1, devendo o Cocontratante prestá-la no prazo de 5 (cinco) dias.
5. A contratação de trabalhadores em violação do disposto no artigo 419.º-A do CCP constitui contraordenação muito grave como decorre da alínea f) do artigo 456.º do CCP.

Cláusula 8.^a

Forma da prestação de serviços

1. A execução dos serviços será efetuada, sem prejuízo do disposto nas cláusulas anteriores, em função das necessidades da Contraente Pública em datas a acordar.
2. Para o acompanhamento da execução do contrato, o Cocontratante fica obrigado a manter, com uma periodicidade trimestral, reuniões de coordenação e acompanhamento da prestação de serviços com os representantes da Contraente Pública bem como a redigir as respetivas atas, a assinar por todos os intervenientes na reunião.
3. As reuniões de coordenação deverão permitir que haja, da parte da Contraente Pública conhecimento dos problemas e das opções mais relevantes ocorridos durante a prestação de serviços, incluindo as questões ambientais e de segurança.
4. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do Cocontratante, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.
5. Todos os relatórios, registos, comunicações, e demais documentos elaborados pelo Cocontratante devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 9.^a

Conformidade e garantia técnica

O Cocontratante fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à Contraente Pública em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do Cocontratante e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Subsecção II - Dever de sigilo

Cláusula 10.^a

Objeto do dever de sigilo

1. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Contraente Pública, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.

3. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a Contraente Pública lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula II.^a

Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o Cocontratante necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da Contraente Pública, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O Cocontratante não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Cocontratante deve cumprir rigorosamente as instruções da Contraente Pública no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Cocontratante deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Cocontratante deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela Contraente Pública, ou por quem atue em representação desta.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos

dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.

7. O Cocontratante deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente Caderno de Encargos e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, e que conhecem e se comprometem a cumprir todas as obrigações aqui previstas, sendo o Cocontratante responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
8. Mediante solicitação escrita da Contraente Pública, o Cocontratante deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O Cocontratante deve comunicar de imediato à Contraente Pública quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
10. O Cocontratante encontra-se adstrito a notificar de imediato a Contraente Pública de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
11. Se o Cocontratante tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar a Contraentes Pública, por escrito, disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-a das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecendo-lhes qualquer outra informação que possam razoavelmente solicitar.
12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a Contraente Pública:
 - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;

- b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
13. O Cocontratante obriga-se a ressarcir a Contraente Pública por todos os prejuízos em que venham a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenham incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do mesmo é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pela Contraente Pública, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 12.^a

Conservação de dados pessoais

1. O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela Contraente Pública.
2. Dependendo da opção da Contraente Pública, o Cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 13.^a

Transferência de dados pessoais

O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da Contraente

Pública, exceto se for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a Contraente Pública antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 14.^a

Dever de cooperação

O Cocontratante deve cooperar com a Contraente Pública ou com qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação da Contraente Pública;
- b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

Secção II - Obrigações da Contraente Pública

Cláusula 15.^a

(Preço contratual)

- 1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Contraente Pública deve pagar ao Cocontratante os preços unitários constantes da proposta, aplicados às intervenções realizadas nas infraestruturas, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- 2. O preço total é estimado, por ser variável em função das quantidades de serviços efetivamente realizados, razão pela qual a Contraente Pública apenas pagará os serviços que venham a ser real e efetivamente prestados, por aplicação dos preços unitários previstos para os tipos de trabalho indicados às intervenções efetivamente realizadas.
- 3. As quantidades apresentadas no presente de caderno de encargos são meramente indicativas, destinando-se, essencialmente, à determinação do preço total estimado.
- 4. Caso venha a verificar-se que o valor dos serviços efetivamente prestados é menor do que o valor correspondente às quantidades estimadas apresentadas nas Cláusulas deste Caderno

Encargos, o Cocontratante não terá direito a qualquer indemnização ou compensação, sem prejuízo do disposto no n.º I do artigo 381.º, aplicável de acordo com n.º 6 do artigo 454.º, ambos do CCP.

5. O preço referido nos números anteriores inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Contraente Pública nomeadamente os relativos aos meios humanos e materiais, alimentação, transporte, armazenamento e manutenção, ou quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
6. Não haverá lugar à revisão de preços durante o prazo de execução contratual e eventuais renovações se as houver.

Cláusula 16.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela Contraente Pública nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 60 dias após a receção pela Contraente Pública das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a prestação do serviço e entrega do respetivo relatório de intervenção.
3. Em caso de discordância por parte da Contraente Pública quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Cláusula 17.ª

Faturação eletrónica

1. As faturas a apresentar pelo Cocontratante devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados.
2. A faturas eletrónicas a emitir pelo Cocontratante deverão ser enviadas exclusivamente para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela “eSPap” – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública.
3. Caso o Cocontratante não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:

- a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab>;
- b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab1>;
- c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU5;
- 4. A fatura deve conter, entre outras indicações, a referência do procedimento, o número da nota de encomenda e o correspondente item.
- 5. A emissão de segundas vias das faturas solicitada pela Contraente Pública não será objeto de qualquer cobrança adicional.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 18.^a

Acompanhamento e controlo do contrato

- 1. O Cocontratante obriga-se a dispor de um responsável técnico pela condução dos trabalhos.
- 2. Após a assinatura do contrato, o Cocontratante informará, por escrito, o nome do responsável técnico, indicando a sua qualificação.
- 3. As ordens, avisos e notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução dos trabalhos poderão ser dirigidos diretamente ao seu responsável técnico.
- 4. O responsável técnico, deverá acompanhar assiduamente os trabalhos e estar presente no local sempre que para tal seja convocado.
- 5. A Contraente Pública poderá impor a substituição do responsável técnico, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito.

Capítulo III – Modificação, penalidades contratuais e resolução

Cláusula 19.^a

Modificação objetiva do contrato

O contrato pode ser modificado com os fundamentos previstos no artigo 313.º, n.º I, alínea c) do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 20.^a

Cessão da posição contratual e Subcontratação

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º I do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da Contraente Pública.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A Contraente Pública deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a Contraente Pública pode determinar que o Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela Contraente Pública, pela ordem sequencial daquele procedimento.
5. A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização da Contraente Pública, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 21.^a

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Contraente Pública pode exigir do Cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, que pode ser cumulada com outras cujos pressupostos se mostrem verificados, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos estabelecidos nos números seguintes.

2. Haverá lugar à aplicação de penas pecuniárias nas seguintes situações:
 - i. Nos trabalhos urgentes e rápidos, o atraso na comparência dos meios necessários para a realização do trabalho, o Cocontratante incorrerá em penalização correspondente, até **100%** do preço unitário da mobilização, acrescido de uma redução de **10%** do valor/hora se serviço.
 - ii. Nos trabalhos programados/planeados, o atraso na comparência dos meios necessários para a realização do trabalho, o Cocontratante incorrerá em penalização correspondente a uma redução de **10%** do preço/unitário hora de serviço.
3. A aplicação das sanções pecuniárias previstas no número anterior não pode exceder o valor acumulado de 20% do preço contratual.
4. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e a Contraente Pública decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
5. A Contraente Pública pode descontar o valor das sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula nos pagamentos devidos ao Cocontratante.
6. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a Contraente Pública exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 22.^a

(Força maior)

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato;
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.

3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a Contraente Pública a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o Cocontratante direito a qualquer indemnização

Cláusula 23.^a

Resolução do contrato por parte da Contraente Pública

- I. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Contraente Pública pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2. A Contraente Pública pode resolver o contrato designadamente nos seguintes casos:
 - a) Incumprimento, cumprimento deficiente ou mora no cumprimento de alguma das obrigações compreendidas no presente contrato e que coloquem em crise o normal e adequado funcionamento da instalação;
 - b) Declaração do Cocontratante em como não cumprirá alguma obrigação inscrita no presente Caderno de Encargos e da qual resulte perda do interesse da Contraente Pública na prestação contratual.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela Contraente Pública.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20% (*vinete por cento*) do preço contratual.
5. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo da cláusula 21.^a relativamente aos serviços objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.
6. O disposto no n.º 4 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstando a que a Contraente Pública exija uma indemnização pelos danos excedentes.

Cláusula 24.^a

Resolução do contrato por parte do Cocontratante

1. O Cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 25.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 26.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a Contraente Pública e o Cocontratante relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contactos a identificar no contrato.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 27.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 28.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 29.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULAS ESPECIAIS

Cláusula 30.^a

Objeto dos serviços a prestar

1. O Cocontratante, no âmbito desta prestação de serviços, obriga-se a efetuar os trabalhos de limpeza e desobstrução com viatura hidroaspiradora em diversas infraestruturas geridas pela Contraente Pública e incluídas neste caderno de encargos, respeitando o enquadramento legal, o cumprimento das normas de Higiene e Segurança, o planeamento da gestão ambiental, bem como o padrão ambiental da Águas do Alto Minho, S.A.
2. O objeto dos serviços a prestar é limpeza e desobstrução com viatura hidroaspiradora nas instalações integradas no Sistema de Águas do Alto Minho, cujas áreas geográficas se encontram identificadas no Anexo I do presente caderno de encargos.

Cláusula 31.^a

Âmbito dos serviços a prestar

1. O contrato tem por objeto a disponibilidade do Cocontratante para, sempre que tal lhe seja solicitado, executar serviços de limpeza e desobstrução com viatura hidroaspiradora sejam trabalhos programados ou urgentes/rápidos.
2. Os serviços a prestar pelo Cocontratante serão essencialmente compostos por:

- a) Limpeza e desobstrução de interceptores;
 - b) Transporte de efluentes, lamas e vestígios físicos resultantes do trabalho desenvolvido;
 - c) Limpeza e recolha, bem como transporte de efluentes provenientes de poços de bombagem, fossas sépticas prediais, decantadores, tanques de arejamento, obras de entrada, etc., pertencentes a ETAR e Estações Elevatórias para outras instalações da Contraente Pública com capacidade de tratamento ou armazenamento;
 - d) Registo, recolha e relatório de inspeção vídeo de coletores.
3. O Cocontratante obriga-se, na execução dos serviços, a garantir o tempo máximo de resposta de 3 horas, em situações urgentes (em dias úteis ou em dias de feriados/fins de semana), e de 3h a 24h em situações que requeiram intervenção rápida, sendo o pagamento diferenciado, conforme a Lista de Preços Unitários.
4. A Contraente Pública reserva-se o direito de a qualquer altura da execução do contrato, verificar e acompanhar as condições associadas a todas as atividades de gestão, incluindo as condições do transporte de efluentes e lamas.

Cláusula 32.^a

Execução dos serviços

- 1. Os trabalhos programados ou planeados serão efetuados sempre que solicitados pela Contraente Pública comunicados com 24h de antecedência, no mínimo, por escrito, através de e-mail, ao Cocontratante.
- 2. A realização de trabalhos programados ou planeados exclui o pagamento de taxa de mobilização, mas exige um período mínimo de quatro horas de serviço consecutivas.
- 3. Os trabalhos não programados (urgentes ou rápidos) serão efetuados sempre que solicitados pela Contraente Pública seja, por e-mail ou por telemóvel. Se o pedido de serviço for efetuado por telefone, o mesmo será, posteriormente, formalizado por e-mail. Neste caso, a contagem do prazo de resposta iniciar-se-á à hora da ligação telefónica, dada a urgência, mas será a hora do e-mail que será usada para a aplicação de eventuais penalidades.
- 4. Os trabalhos em situação programada ou planeada serão efetuados e assegurados entre as 8:00h e as 18:00h, de segunda-feira a sexta-feira (dias úteis), salvo seja do interesse do Cocontratante um outro horário acordado previamente com a Águas do Alto Minho, S.A.
- 5. O Cocontratante deverá disponibilizar à Contraente Pública aquando da assinatura do contrato, 2 (dois) contactos de telefone e um de e-mail a utilizar para requerer serviços, devendo os mesmos estar permanentemente disponíveis.

6. O Cocontratante deverá garantir a sua presença no local da intervenção, no prazo proposto após o pedido de intervenção da Contraente Pública em situação não programada (urgente ou rápida), respeitando o prazo máximo fixados neste caderno de encargos.
7. Limpeza e desobstrução de Intercetores:
 - a) Nas limpezas e desobstruções de intercetores gravíticos, as viaturas poderão abastecer água potável retirada da rede de abastecimento da Contraente Pública, sendo que o Cocontratante deverá registar a data, o local e o volume em m³ de água retirada da referida rede, e enviar mensalmente esta informação para a Contraente Pública (para efeitos do Balanço Hídrico);
 - b) As mangueiras das viaturas para as lavagens à pressão dos intercetores deverão garantir 120 metros de comprimento e as pinhas das mesmas deverão ter as características adequadas ao serviço a executar, nomeadamente, nas limpezas e no corte de raízes no interior dos intercetores;
 - c) A água de lavagem nas mangueiras nas viaturas deverá, em caso de necessidade, atingir 120 bar de pressão;
 - d) O trabalho deverá ser efetuado para que não sejam danificadas as infraestruturas pertencentes à Contraente Pública e a terceiros;
 - e) Os efluentes e as lamas resultantes do trabalho de limpeza dos intercetores deverão ser depositados na ETAR mais próxima indicada no Anexo II a este Caderno de encargos ou em local a designar pela Contraente Pública;
 - f) O Cocontratante, no final de cada trabalho, deverá garantir a limpeza de todos os vestígios físicos resultantes do trabalho desenvolvido;
 - g) O Cocontratante deverá confirmar o registo e assinar o auto de medição passado pelo representante (gestor de contrato) da Contraente Pública.
8. Limpeza e Desobstrução de Estações Elevatórias e ETAR:
 - a) Sempre que possível, nas limpezas dos poços de bombagem deverão ser utilizados os bocais de ligação rápida de mangueiras dedicadas para a aspiração de areias e gorduras existentes nos fundos dos poços de bombagem. Os bocais de ligação rápida das mangueiras estão instalados nos exteriores dos poços de bombagem das estações elevatórias de construção recente;
 - b) Este trabalho de aspiração deverá ser precedido do fecho temporário da válvula da obra de entrada da estação elevatória, na colocação de um grupo eletrobomba de

aspiração em funcionamento manual e na utilização de uma mangueira debitando água a alta pressão para a lavagem das paredes e fundos dos poços de bombagem;

- c) O esgoto líquido entretanto aspirado no poço pela viatura hidroaspiradora deverá ser reenviado para o respetivo poço de bombagem;
- d) Os efluentes e as lamas retiradas nas infraestruturas, resultantes das limpezas efetuadas por viaturas hidroaspiradora, nomeadamente em poços de bombagem deverão ser depositados, em princípio, na ETAR mais próxima que os possa receber ou em local a designar pela Contraente Pública;
- e) O trabalho deverá ser efetuado de forma a não danificar as paredes dos poços de bombagem, assim como, os equipamentos ali instalados;
- f) O Cocontratante, no final de cada trabalho, deverá garantir a limpeza e a evacuação de todos os vestígios físicos resultantes do trabalho desenvolvido;
- g) O Cocontratante deverá confirmar o registo e assinar o auto de medição passado pelo representante da Contraente Pública em cada infraestrutura.

9. Recolha de lamas de fossas sépticas:

- a) A limpeza de fossas sépticas prediais prevê o esvaziamento da câmara de lamas das fossas sépticas por meios mecânicos e a deposição na ETAR ou EE mais próxima, mas sempre em local a indicar pela Contraente Pública;
- b) Este trabalho de aspiração deverá ser precedido de trabalhos preparatórios de instalação dos meios de elevação adequados, das mangueiras com a extensão necessária e na utilização de uma mangueira debitando água a pressão para a lavagens, caso sejam necessárias;
- c) O esgoto líquido, entretanto, aspirado no poço pela viatura hidroaspiradora deverá ser reenviado para o respetivo poço de bombagem;
- d) Os efluentes e as lamas retiradas nas infraestruturas, resultantes das limpezas efetuadas por viaturas hidroaspiradora, nomeadamente em poços de bombagem deverão ser depositados, em princípio, na ETAR mais próxima que os possa receber;
- e) O trabalho deverá ser efetuado de forma a não danificar as redes prediais, o espaço privado ou os equipamentos ali instalados;
- f) O Cocontratante, no final de cada trabalho, deverá garantir a limpeza e a evacuação de todos os vestígios físicos resultantes do trabalho desenvolvido;
- g) O Cocontratante deverá confirmar o registo e assinar o auto de medição passado pelo gestor de contrato da Contraente Pública.

Cláusula 33.^a

Deveres da Contraente Pública

Sempre que se verifiquem alterações significativas no tipo de efluentes a transportar, a Contraente Pública informará o Cocontratante.

Cláusula 34.^a

Organização e meios do Cocontratante

1. Compete ao Cocontratante o apetrechamento e obtenção de todos os meios humanos e materiais que sejam necessários à execução das ações a desenvolver na prestação de serviços, em conformidade com o previsto neste caderno de encargos, bem como o estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo, incluindo os aspetos relacionados com higiene, segurança e saúde.
2. É da inteira responsabilidade do Cocontratante as obrigações relativas ao pessoal empregue na execução dos trabalhos, a sua aptidão profissional e a sua disciplina, nomeadamente as obrigações perante a segurança social.
3. Se, no decurso da prestação de serviços, a Contraente Pública verificar que os meios utilizados pelo Cocontratante são insuficientes ou inadequados à boa execução dos trabalhos de sua atribuição, poderá impor o seu reforço, incluindo a aquisição de meios materiais ou a sua modificação ou substituição.
4. Compete ao Cocontratante organizar e gerir integralmente todos os sistemas que considerar necessários para atingir os objetivos pretendidos e realizar as tarefas que lhe são atribuídas.
5. É da inteira responsabilidade do Cocontratante o acesso e a permanência nos locais de cada intervenção.
6. O Cocontratante deve ainda possuir equipamento adequado às condições do terreno, nomeadamente em caso de elevada pluviosidade ou de acessos condicionados.
7. A mobilização de todos os meios humanos e materiais necessários à prestação dos serviços a cargo do Cocontratante é da sua inteira responsabilidade, obrigando-se a garantir que todos os seus agentes coloquem a sua perícia, cuidado e diligência na realização dos serviços que lhe forem cometidos no âmbito da sua capacidade profissional.
8. Nenhum trabalho pode ser executado sem um mínimo de 2 (dois) trabalhadores presentes.
9. A Contraente Pública reserva-se o direito de ordenar que seja retirado dos serviços cometidos ao Cocontratante qualquer elemento do seu pessoal que haja revelado deficiente

desempenho das funções que lhe estão cometidas, desrespeitado os agentes desta, seus colaboradores ou quaisquer outros intervenientes na prestação de serviços, ou ainda provocado indisciplina no desempenho dos seus deveres. A ordem deverá ser fundamentada por escrito, quando o Cocontratante o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do agente indicado.

10. O Cocontratante fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, relativamente a todo o pessoal empregue sendo de sua conta os encargos que daí resultem, nomeadamente quanto aos seguros contra acidentes de trabalho.
11. As eventuais despesas de alojamento, alimentação e deslocação do pessoal do Cocontratante e seus consultores serão da conta do Cocontratante.
12. Todos os meios necessários à execução da prestação de serviços, ao controle e registo de dados técnicos da prestação de serviços, bem como meios de transporte, informáticos e outros são da responsabilidade do Cocontratante, incluindo a sua aquisição, exploração e manutenção.
13. O Cocontratante deverá colocar ao serviço do pessoal da sua equipa os meios de transporte necessários para o desempenho das funções que lhe são cometidas, competindo-lhe igualmente assegurar a respetiva exploração e manutenção.
14. Compete ao Cocontratante o fornecimento do equipamento de proteção individual dos seus agentes e empregados. O equipamento de proteção individual deverá obedecer às normas em vigor sobre esta matéria.
15. Todos os meios necessários à realização da Aquisição de Serviços, tais como meios instrumentais, de remoção, de transporte e outros são da responsabilidade do Cocontratante, incluindo a sua aquisição, exploração e manutenção.
16. Os meios materiais mínimos a afetar terão as seguintes características mínimas:
 - a) **Viatura Combinada Hidroaspiradora:** de 10 a 15 m³ de volume de sujos, 5 a 6 m³ de água limpa, com bomba de vácuo de 1500 m³/h, bomba de água com 170 bar e 300l/min e carretel de desobstrução;
 - b) **Viatura Combina Hidroaspiradora:** de 6 m³ de volume de sujos, 2 m³ de água limpa, com bomba de vácuo de 1500 m³/h, bomba de água com 150 bar e 200l/min e carretel de desobstrução;
 - c) **Viatura Combinada de hidrolimpeza,** ligeira 4x4: 0,6 m³ de volume de sujos e respetivos equipamentos de limpeza e desobstrução;
 - d) **Trator com cisterna tipo do Joper** de 4 m³ e respetivos equipamentos.

- e) **Meios para inspeção vídeo** de coletores de águas residuais, com um robot adequado, inclinómetro, com um desempenho de inspeção mínimo de 200 metros por hora. Após a intervenção, o Cocontratante deverá enviar o vídeo, acompanhado pelo relatório técnico em formato Word ou PDF.
17. Devem ser utilizados sistemas de reciclagem/reutilização de água na execução dos diversos trabalhos, bem como equipamentos com capacidades todo-o-terreno.
18. A Contraente Pública poderá aceitar a utilização de equipamentos cujas características não sejam exatamente as indicadas, desde que tal seja fundamentadamente proposto pelo Cocontratante e expressamente aceite pela Contraente Pública. A fundamentação exigida deverá versar essencialmente na garantia de rendimentos e eficiências equivalentes aos equipamentos mínimos.
19. O Cocontratante deverá garantir a mobilização simultânea dos meios materiais mínimos de modo a garantir o mínimo de duas frentes de resposta a uma chamada geradora de duas intervenções em simultâneo.
20. O Cocontratante deverá especificar na sua proposta os rendimentos mínimos que garante na laboração dos seus equipamentos. Caso os rendimentos não sejam atingidos, o Cocontratante deverá reforçar os meios, ou faturar tendo em conta os rendimentos mínimos garantidos. Sempre que os meios colocados em serviço se revelem insuficientes, os custos decorrentes dos meios materiais que se venham a revelar necessários serão da inteira responsabilidade do Cocontratante.
21. O Cocontratante deverá colocar ao serviço do pessoal da sua equipa os meios de transporte necessários para o desempenho das funções que lhe são cometidas, competindo-lhe igualmente assegurar a respetiva exploração e manutenção.
22. Compete ao Cocontratante o fornecimento do equipamento de proteção individual (EPI) dos elementos afetos ao acompanhamento dos trabalhos. O EPI deverá ser preferencialmente novo, ou estar dentro do prazo de validade, e obedecer às normas legais em vigor sobre esta matéria.
23. Compete ao Cocontratante o fornecimento do equipamento de proteção coletiva afeto à execução dos trabalhos, nomeadamente a adequada sinalização rodoviária.
24. O Cocontratante deverá assegurar os meios indispensáveis para o estabelecimento de uma comunicação eficaz entre os seus agentes através da atribuição de 2 (dois) telemóveis, facultando o respetivo número à Contraente Pública. Em complemento dos meios de comunicação móveis, deverá ainda dispor de ligação à rede fixa com os meios indispensáveis para o estabelecimento de comunicação compatível entre a Contraente Pública e o Cocontratante. O atendimento telefónico deverá ser assegurado pelo Cocontratante a

qualquer hora de todos os dias do ano. É igualmente obrigatório dispor de meios que permitam a comunicação por correio eletrónico.

Cláusula 35.^a

Custos da prestação de serviços

- I. O custo/taxa de mobilização dos meios necessários para a prestação de serviço, apenas para trabalhos não programados, será dividido em função do seguinte:
 - a) Mobilização urgente em dias úteis: tempo de resposta até 3 horas;
 - b) Mobilização rápida em dias úteis: tempo de resposta de 3 a 24 horas;
 - c) Mobilização urgente em dias de feriados ou fins de semana: tempo de resposta até 3 horas.
 - d) **Mobilização urgente** só será paga se o tempo de resposta for inferior a 3 horas (início da intervenção após contacto pela via telefónica ou email).
 - e) **Mobilização rápida** só será paga se o tempo de resposta for entre 3 e 24 horas (início da intervenção após contacto pela via telefónica ou email).
 - f) Os **trabalhos programados** ou planeados terão de ser definidos com 24h de antecedência (ou mais), não requerem taxa de mobilização, mas exigem um período mínimo de 4 horas de serviço consecutivas. Estes trabalhos serão agendados por telefone ou por email, dentro do horário laboral das 8:00h às 18:00h.
2. Assume-se uma mobilização por cada requisição de serviço urgente ou rápido. Cada requisição de serviço poderá ser composta por uma ou por várias Ordens de Trabalho, em infraestruturas diferentes. Será faturada apenas uma mobilização por cada requisição de serviço. O somatório do tempo dos diversos trabalhos em cada requisição de serviço não deverá ultrapassar um dia útil.
3. No valor hora de trabalho efetivo das viaturas deverá estar incluído o seguinte:
 - a) Pessoal interveniente (condutores e operadores);
 - b) O fornecimento e utilização de equipamentos auxiliares de apoio a realização do trabalho, nomeadamente: obturadores (balões) para tamponamento de condutas, bombas submersíveis com os respetivos acessórios para a realização de transvazes, escadas, etc.;
 - c) Trabalhos preparatórios, nomeadamente: a instalação de equipamentos auxiliares e de proteção coletiva e individual, dedicados à higiene, segurança e saúde no trabalho;
 - d) Reabastecimentos de água às viaturas (inicialmente as viaturas deverão estar com o depósito de água cheio);

- e) Transporte e deposição de efluentes líquidos para a ETAR dentro do respetivo COP onde vai ser realizado o serviço;
 - f) Transporte e deposição de areias, gorduras e gradados para os leitos de secagem localizados na cidade de Viana do Castelo ou para o contentor sito na ETAR da Gemieira em Ponte de Lima (Anexo II).
4. As regras gerais a considerar na medição dos tempos a faturar serão as seguintes:
- a) O tempo a contabilizar para faturação será o tempo correspondente à realização do serviço, que inclui o funcionamento efetivo das bombas de vácuo e/ou das bombas de pressão de água das viaturas no local do trabalho e a mão de obra;
 - b) Nas limpezas/desobstruções de interceptores gravíticos na aspiração de efluentes em infraestruturas, a duração mínima a faturar por cada requisição de serviço é de 30 minutos;
 - c) A faturação, após duração mínima de 30 minutos, deverá ser contabilizada de 15 em 15 minutos;
 - d) A contagem dos tempos de trabalho só deverá iniciar-se com a comparência de todos os meios humanos, materiais e outros necessários como os inerentes à segurança, higiene e saúde, para a realização do trabalho no local.
5. O preço a pagar por cada intervenção já inclui:
- a) Todos os trabalhos preparatórios para a execução do trabalho;
 - b) Utilização de ferramentas necessárias, para a boa execução dos trabalhos previstos e associada a cada tipo de trabalho, a mencionar na lista anexa;
 - c) Utilização de equipamentos auxiliares para a boa execução dos trabalhos previstos, a mencionar na lista anexa;
 - d) Utilização de equipamentos de higiene, segurança e saúde, coletivo e individual, adequado ao trabalho a desenvolver, associado a cada recurso humano, a mencionar na lista anexa;
 - e) Vedação de segurança da área de intervenção, quando necessário;
 - f) Outras medidas que se revelem importantes para a boa execução e segurança do trabalho;
 - g) Elaboração e comunicação de relatório de intervenção (modelo próprio) em papel e em ferramenta informática tipo Excel ou Word.

Cláusula 36.^a

Organização e gestão da informação

1. Compete ao Cocontratante organizar e gerir integralmente todos os sistemas que considerar necessários para atingir os objetivos pretendidos e realizar as tarefas que lhe são cometidas.
2. O Cocontratante deverá dar especial atenção a todas as tarefas relacionadas com o controlo de qualidade e das quantidades associadas à execução dos trabalhos, pelo que deverá adotar os meios de organização adequados a esta exigência.
3. O Cocontratante deverá dar, também, especial atenção à montagem e definição de todos os circuitos de informação necessários à realização de todas as suas ações, já que é objetivo geral da sua intervenção dar cumprimento às exigências legais e regulamentares em matéria de gestão de resíduos.
4. O Cocontratante deverá dispor de meios informáticos que permitam o registo de todos os dados e elementos necessários e suficientes à descrição dos trabalhos realizados.
5. O Cocontratante deverá cumprir o registo de informação de acordo com o Capítulo I do Título III do Decreto-Lei n.º 178/2006.

Cláusula 37.^a

Equipamentos de comunicação

1. Deverá ser disponibilizado um canal de comunicação direto (email) para onde os pedidos sejam enviados, sendo que a formalização dos mesmos é obrigatória para efeitos de contagem do período de resposta. O Cocontratante deverá assegurar que o referido meio de comunicação estará disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana. Todo e qualquer pedido enviado por esse canal nos períodos indicados será considerado como pedido formal, não podendo, nesse caso, o Cocontratante alegar desconhecimento do mesmo.
2. Deverá ser ainda disponibilizado pelo Cocontratante um contacto de emergência, via telemóvel, permanentemente disponível, que poderá ser usado em situações excecionais, não obstante a necessidade de formalização posterior do pedido através dos canais de comunicação anteriormente indicados.

Cláusula 38.^a

Seguros e Encargos Sociais

I. Seguro de Responsabilidade Civil

- a) O Cocontratante subscreverá em seu próprio nome e de todos os eventuais contratados e trabalhadores independentes, uma apólice de seguro onde serão indemnizadas, em caso de sinistro, as perdas e/ou danos de carácter patrimonial e não patrimonial, causados a terceiros em geral e à Contraente Pública em particular, em consequência da execução da presente prestação de serviços, cuja responsabilidade civil legal de natureza extracontratual

pelo dano causado seja imputável a qualquer das entidades seguras na apólice, por si isoladamente ou de forma solidária;

- b) É exigida a inclusão de uma garantia de Responsabilidade Ambiental (Responsabilidade Civil e Administrativa);
- c) Para todos os efeitos deste seguro, deverá constar nas Condições Particulares da Apólice que a entidade adjudicante será sempre considerada terceira, independentemente da sua relação jurídica com o tomador do seguro;

2. Seguro de Acidentes de Trabalho

- a) O Cocontratante ficará responsável pelo pagamento de todos os encargos sociais estabelecidos na lei a todo o seu pessoal.
 - b) O Cocontratante obriga-se a efetuar apólices de seguro que cobrirão acidentes de trabalho e doenças profissionais, bem como a mantê-las válidas até à conclusão do contrato, nos termos da legislação em vigor.
3. O Cocontratante obriga-se ainda a segurar os meios de transporte que sejam empregues na Aquisição de serviço, bem como todas as pessoas nelas transportadas na qualidade de passageiros, seja quem for, estas últimas, com valor ilimitado de responsabilidade civil.
4. Os encargos referentes aos seguros impostos por este Caderno de encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, serão por conta do Cocontratante.
5. A Contraente Pública pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos na presente cláusula, devendo o Cocontratante fornecê-la no prazo 5 (cinco) dias.

Cláusula 39.^a

Regulamentos dos fornecedores

- 1. O Regulamento dos Fornecedores da Contraente Pública disponível no site da Contraente Pública deverá ser integralmente cumprido.
- 2. Neste Regulamento consta a documentação que deverá ser apresentada, antes de início dos trabalhos e na sua execução.

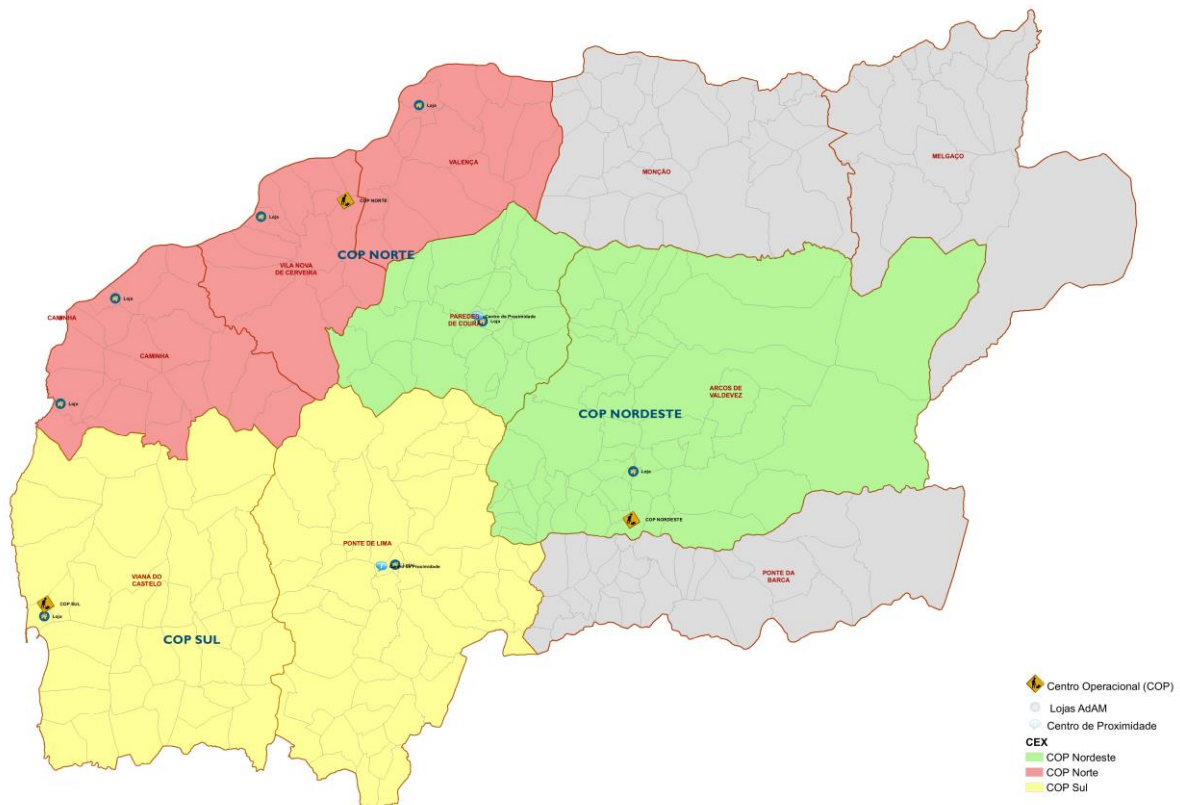
Cláusula 40.^a

Trabalhos em simultâneo

A Contraente Pública reserva-se no direito de realizar ou mandar realizar por terceiros, sem prejuízo do andamento normal do contrato, quaisquer serviços, sejam de gestão de resíduos ou outros, ainda que de natureza idêntica aos serviços a cargo do Cocontratante.

ANEXO I

Áreas geográficas dos Centros Operacionais:



ANEXO II

- Leito de Secagem da ETAR da Areosa, em Viana do Castelo (Águas do Norte) - coordenadas GPS - 41,706664 -8,858194
- Contentor de resíduos na ETAR da Gemieira, em Ponte de Lima (Águas do Alto Minho) – coordenadas GPS - 41,788146 -8,512741